

Qualidade de interpretação e mudanças no papel de intérpretes de libras: normas, ética, identidade, autopercepção, formação

Markus J. Weininger*

Introdução

Neste artigo pretendo resumir algumas pesquisas minhas dos últimos anos que se conectam a um mesmo eixo: a qualidade de interpretação na área da língua de sinais e as necessidades de mudanças para alcançarmos a melhoria almejada nessa qualidade. Iniciarei com uma revisão de pesquisas importantes sobre a qualidade de interpretação, passarei pela questão de normas e expectativas, bastante relacionadas aos códigos de ética da profissão, pela questão da identidade e autopercepção dos intérpretes e chegarei à formação de intérpretes, para a qual todas essas questões confluem para termos um aprimoramento da qualidade e maior satisfação tanto dos usuários de serviços de interpretação quanto dos profissionais que os oferecem. As minhas observações e reflexões são baseadas em experiências da prática profissional, em pesquisas minhas, em pesquisas que orientei, trocas e discussões com colegas, nas experiências em aulas no contexto da formação de intérpretes e mais recentemente no meu pós-doutorado relacionado ao tema da qualidade de interpretação.

* Universidade Federal de Santa Catarina

1. Qualidade da interpretação

A discussão sobre a qualidade da interpretação inicia na década de 1990, a partir de diferentes perspectivas, principalmente focando em critérios linguísticos. Uma das contribuições mais citadas à área é do intérprete de conferência de japonês, inglês e francês e pesquisador francês Daniel Gile, com o “modelo dos esforços” na interpretação (GILE, 1991; GILE, 1995). A fórmula do processo de Interpretação Simultânea segundo Gile é: Entendimento do texto de partida, Memorização da informação, Produção do texto de chegada e Coordenação dos três anteriores:

$$IS = E + M + P + C$$

O autor explica falhas na qualidade de interpretação (que ele entende principalmente como erros e omissões) pela sobrecarga em um dos quatro esforços. O modelo de esforços de Gile não diferencia os processos mentais complexos que ocorrem na decodificação e codificação simultânea em outro idioma e as interferências entre eles, parcialmente pelo fato de que neurociências ou processamento da linguagem não é a área dele e porque a metodologia experimental de sua pesquisa foca na análise do produto da interpretação a partir do qual ele tira suas conclusões sobre as limitações do processo, sem entrar em detalhes do processo em si. Por ser derivado da prática e trazer uma explicação simples e convincente para as dificuldades visíveis da interpretação simultânea, o modelo de esforços de Gile se tornou amplamente difundido e aceito, apesar de ser baseado numa concepção bastante tradicional da interpretação simultânea em si e de questões básicas como a possibilidade de equivalência, entre outras. Após críticas ao seu modelo inicial, Gile (1999, 2015 em tradução ao português) apresenta um experimento de interpretação simultânea onde dez intérpretes profissionais interpretam o mesmo trecho de uma fala do inglês ao francês duas vezes, uma depois da outra, e o resultado mostra que erros e omissões (segundo o modelo de Gile devidos à sobrecarga em um dos esforços) ocorrem praticamente na mesma proporção nas duas rendições do mesmo texto, sem haver vantagem pelo efeito do texto já ser conhecido na segunda interpretação. Inclusive, na repetição da tarefa, em alguns casos

ocorreram erros e omissões que não havia na primeira versão da mesma pessoa apenas minutos antes. Gile toma isso como prova de que o processo em si implica uma constante saturação da capacidade de processamento na interpretação simultânea e argumenta que os intérpretes sempre estariam “na corda bamba”, prestes a “caírem” a qualquer instante, se o mínimo desafio adicional em um dos quatro esforços ocorresse. Gile (2008) amplia essa abordagem pelo fator da carga cognitiva no nível de sentenças, ou seja, tenta associar a ocorrência de omissões e erros à densidade de informação em determinados trechos do texto de partida.

Pym (2008) responde a Gile que omissões podem ser estratégicas, para ganhar tempo e aliviar a pressão dos esforços, desta forma criticando a metodologia de Gile que conta qualquer omissão como um erro, baseado no ideal da interpretação praticamente literal do texto de partida. Indiretamente, porém, Pym confirma a visão de Gile, pois as omissões estratégicas são um recurso para diminuir o risco de “cair da corda bamba”. Barbosa (2015) aplicou essa discussão metodológica a um corpus de interpretação de português brasileiro para libras, validando ao mesmo tempo os resultados de Gile e Pym.

Kopczynski (1994) elenca um leque de outros fatores que afetam a qualidade da interpretação, tais como o status dos falantes e dos receptores, a atitude do falante em relação ao tema, fatores inerentes ao intérprete (atitude, experiência, proficiência linguística e cultural), fatores inerentes ao texto (complexidade, forma), normas e expectativas das comunidades de uso, fatores situacionais (por ex., ruídos, calor, baixa visibilidade). Em seguida apresenta um levantamento por questionários de uma série de elementos que segundo intérpretes e receptores da interpretação diminuiriam a qualidade, como falhas na terminologia ou erros gramaticais, prosódia, estilo, timbre da voz, velocidade de articulação etc. Entre outras coisas, os resultados mostram algumas divergências entre a autoavaliação de intérpretes e as expectativas do seu público.

Nadja Grbić (2008) resume as abordagens das pesquisas sobre qualidade da interpretação nos anos 1990 e chega à qualidade como categoria dinâmica, multiperspectiva e multirreferencial que inclui dimensões sociológicas, a visão da qualidade da interpretação como

exceção, como satisfação de códigos de ética profissional ou de normas como a DIN EN 15038 que rege o trabalho de intérpretes e tradutores na Comunidade Europeia, como ausência de defeitos no sentido da gestão de Qualidade Total dentro do contexto das normas ISO 9001 / ISO 17100, qualidade como satisfação das expectativas dos clientes ou ainda como relação boa de custo-benefício.

Na década de 2000, com a inclusão da interpretação comunitária na discussão sobre a qualidade da interpretação (PÖCHHACKER, 2001), o foco maior no texto de chegada e não mais no texto de partida (“original”) entra definitivamente na análise da qualidade de interpretação, não somente devido ao arcabouço teórico do funcionalismo alemão usado por Pöchhacker, mas pela maior necessidade de garantir a compreensão mesmo em situações mais desafiantes de comunicação assimétrica em relação à maior distância cultural, linguística, socioeconômica etc. ou divergências de conhecimento prévio e/ou diferenças de poder. Esses contextos não permitem aplicar a definição de Moser-Mercer (1996) que determinou qualidade ótima de interpretação como reprodução completa e correta do original sem distorcer a mensagem original e fornecendo informações extralinguísticas presentes. Essa definição, como já no caso de Gile, ainda é derivada de paradigmas de equivalência e prioridade do texto de partida, hoje ultrapassados na teoria da área dos Estudos da Tradução e Interpretação. Pöchhacker expande o leque das exigências a um serviço de interpretação de qualidade, adicionando à correção do conteúdo os níveis de adequação da expressão no contexto de chegada, equivalência funcional no sentido do efeito comunicativo alcançado e do estabelecimento de uma interação comunicativa bem-sucedida. Influenciado pelo funcionalismo alemão, Pöchhacker começa a expandir as atribuições de intérpretes que ganham novas responsabilidades, mais proativas do que a mera reprodução passiva, isenta e invisível de conteúdo linguístico.

A área dos Estudos da Interpretação está em processo de crescimento e a mudança de paradigma acima indicada está avançando. O próprio Daniel Gile mudou sua visão restrita da interpretação (baseada na situação de conferência) e incluiu não apenas a interpretação comunitária como também a interpretação de língua de sinais na sua visão e no seu

modelo teórico, como ficou evidente na sua palestra plenária do II Congresso sobre Estudos da Interpretação – III Colóquio sobre Línguas de sinais em Contextos Comunitários (CONEI – CILSC 2021), onde ocorreu também a minha palestra com o mesmo título na qual este texto se apoia. A qualidade de interpretação hoje inclui a responsabilidade pela gestão de um evento de comunicação intermediada bem-sucedido.

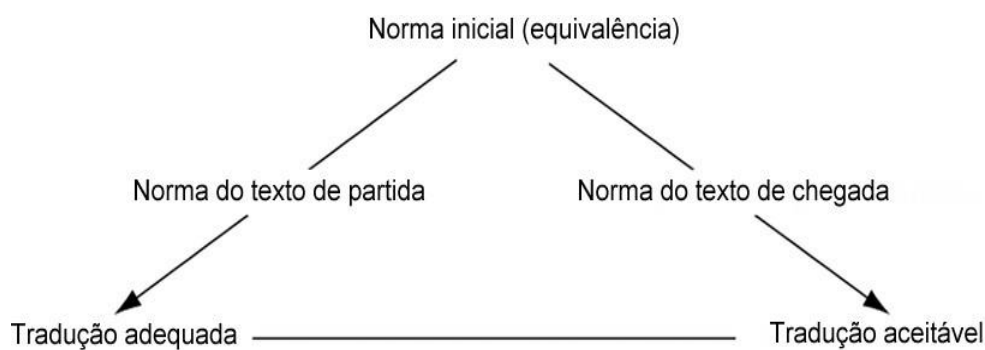
2. Normas e ética

A questão das normas e da ética profissional parece ser evidente e passível de unanimidade. No Brasil, a Lei 12.319 de 1/9/2019, que regulamenta a profissão do tradutor e intérprete de libras, estabelece que qualquer profissional deve zelar "pela *imparcialidade* e *fidelidade* aos conteúdos que lhe couber traduzir" (grifos meus); o "Código de Conduta e Ética" da Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais (FEBRAPILS) de 14/4/2014 estabelece como obrigação de Tradutores-Intérpretes de Língua de Sinais (TILS) "buscar a *equivalência* de sentido no ato de tradução e/ou interpretação" (grifo meu). A imparcialidade no código de ética faz sentido se ela se referir ao fato de profissionais não buscarem vantagens pessoais para além da sua remuneração contratual. Se ela sugerir uma neutralidade, se torna problemática no mínimo quando entramos em contextos assimétricos, onde uma das partes está em desvantagem institucional, econômica, linguística, cultural etc., ou seja, praticamente em todas as situações da interpretação para língua de sinais, uma língua minoritária usada por um grupo social ainda amplamente excluído ou marginalizado em relação à maioria e desprivilegiado em grande parte dos processos e contextos sociais definidos, determinados e dominados pela maioria ouvinte. Dificilmente há um contexto de interpretação onde ocorre o inverso, ou seja, onde os participantes ouvintes estão em posição de desvantagem social, exclusão ou marginalização. Em geral, o propósito da interpretação na área de línguas de sinais é justamente tentar garantir os direitos de acessibilidade e os direitos linguísticos de pessoas sinalizantes para que esse grupo consiga ao menos tentar defender os seus legítimos interesses garantidos pela legislação, pela constituição e pela declaração

universal dos direitos humanos. Em relação à fidelidade ou equivalência, os problemas são ainda maiores. Claramente, essas normas são baseadas em conceitos e paradigmas de tradução e interpretação cientificamente ultrapassados e em situações restritas como a tradução de textos escritos ou interpretação de conferência em contextos sem grande distância cultural ou assimetrias hierárquicas. Tanto a área de Linguística Aplicada quanto de Estudos da Tradução e Interpretação evoluíram muito nas últimas décadas. Está na hora de adequar normas, códigos de ética e a formação (continuada) de tradutores e intérpretes.

Em Weininger (2009), traço um breve resumo da discussão teórica sobre equivalência na área dos Estudos da Tradução e Interpretação ao longo das últimas seis décadas. Lá desmistifico os cinco grandes mitos da tradução e interpretação. O primeiro é a figura do autor do texto de partida (às vezes ainda chamado de “original” para demonstrar sua superioridade sobre a “cópia” da tradução). Na verdade, não é o autor que cria o texto, ele compila com base em muitos outros textos uma oferta de interpretação. Quem de fato cria o texto é cada receptor, com base nos seus conhecimentos prévios, suas necessidades e restrições. O segundo mito é a intenção do autor que precisa ser mantida. Porém, nem sempre os autores conseguem definir claramente essa intenção. O terceiro mito é “o” significado do texto. Em geral, todos os textos possuem muitos significados e, com a mudança do contexto, um texto pode ganhar novos significados, pois textos são organismos vivos e não mortos e estanques. Essas restrições, aliás, se aplicam a qualquer processo de comunicação, mesmo sem haver tradução ou interpretação! O quarto mito é a figura do tradutor ou intérprete, que por vezes é visto como gênio, por vezes como traidor ou incompetente. Na prática, não é nenhum dos dois, é um profissional empenhado em fornecer acesso ao texto de partida na medida do possível e até certo grau. O quinto mito é o da tradução / interpretação correta. Sempre existem muitas formas possíveis de traduzir ou interpretar.

De acordo com Toury (1995), um dos representantes dos Estudos Descritivos da Tradução, aderir às normas do texto de partida determina a *adequação* da tradução ou interpretação em comparação ao texto de partida. A adoção das normas da cultura de chegada define a sua *aceitabilidade*.

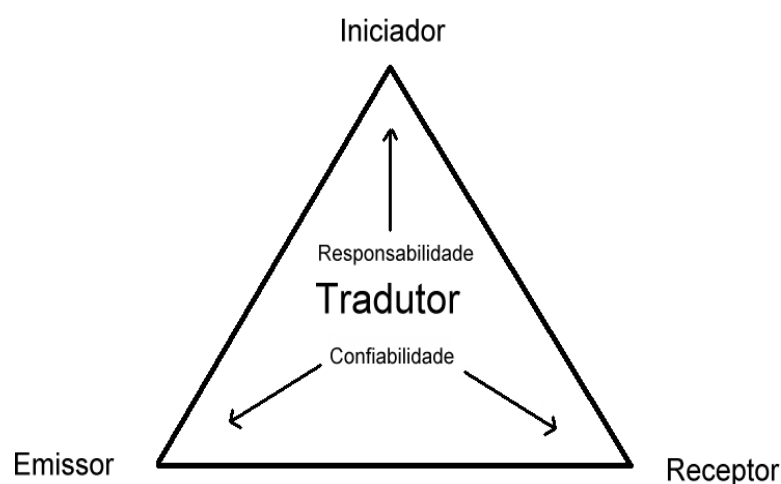


Fonte: elaborado pelo autor

É relevante lembrar que a adequação da tradução só pode ser avaliada por quem não precisa dela, por ter acesso ao texto de partida. Em contrapartida, a aceitabilidade da tradução ou interpretação sempre deve ser atribuída pelo público de chegada, que não tem acesso ao texto de partida e, portanto, precisa da tradução (ou interpretação).

Além de estabelecer a prioridade da funcionalidade do texto de chegada sobre o texto de partida, que no funcionalismo alemão é apenas uma das fontes que informa o trabalho de profissionais da translação – termo cunhado por Otto Kade para englobar tanto tradução quanto interpretação (KADE, 1968) – ao lado de outros textos aos quais esse texto está relacionado e de textos semelhantes da mesma área na língua e cultura de chegada, elaborados por falantes ou sinalizantes L1 (sem haver processos de tradução), a teórica alemã Christiane Nord (NORD, 1997) substitui a relação de fidelidade entre textos pela relação de lealdade entre as pessoas envolvidas no processo translatório. Tradutores e intérpretes estabelecem uma relação comprometida em apoiar e intermediar os interesses de todos os participantes do processo comunicativo. Isso não inclui apenas emissores e receptores de textos, mas também os iniciadores (instituições) que contratam e remuneram profissionais da translação.

Modelo de Lealdade funcionalista



Fonte: elaborado pelo autor

Nesse modelo, profissionais da translação estão no centro do processo. Além do binômio de Toury de adequação e aceitação, surge aqui o compromisso de *responsabilidade* e *confiabilidade* para com as partes envolvidas na comunicação intermediada.

Wadensjö (1992) analisou a comunicação intermediada em contextos médicos, jurídicos e policiais e iniciou a discussão sobre a participação mais ativa de intérpretes na condução do evento comunicativo. Metzger (1999) questionou a possibilidade de uma neutralidade passiva de TILS, por dois motivos:

1) São parte da comunidade Surda¹ (é a condição para adquirir competência linguística e cultural) e a sua função é justamente defender os

¹ A grafia “comunidade Surda” (com maiúscula) se refere ao universo de membros da cultura sinalizante que inclui indivíduos ouvintes, não à surdez de um grupo de pessoas.

interesses da minoria que ainda sofre de ampla exclusão na sociedade ouvinte.

2) Devido à grande diferença cultural e linguística, precisam controlar de forma ativa a maneira como essa comunicação mediada acontece (tomada de turnos, pedidos de clarificação, explicitação de informações implícitas relevantes), para possibilitar uma interação produtiva, e acabam por ensinar aos participantes ouvintes como ver a comunidade Surda e como se relacionar com ela.

Assim, tradutores-intérpretes são responsáveis pela intermediação cultural e linguística funcional entre emissores e receptores e não uma máquina passiva de transferência de significados. Alcançar neutralidade ou imparcialidade é uma ficção. Profissionais da tradução e interpretação defendem de forma ativa os respectivos interesses legítimos dos participantes do processo de intermediação cultural e usam os recursos necessários para gerenciar esse processo e garantir a sua funcionalidade. São apenas isentos no sentido de não manipularem nenhuma das partes por causa de seus interesses pessoais (econômicos, ideológicos etc.). São profissionais no sentido de honrarem esses compromissos na sua prática (formação continuada, não aceitar encargos fora de sua competência).

A intérprete e pesquisadora Şebnem Bahadır (2004: 815) defende que códigos de ética profissional devem reconhecer a complexidade da tarefa e evitar nutrir a ilusão de uma atividade técnica simples que pode ser regida por normas simplistas:

Como a situação de interpretação realmente vivenciada é muito complexa e carregada de dilemas éticos em diferentes níveis, há uma busca pela melhor abstração possível da atividade e pela simplificação do perfil profissional. Em contraste a esta tendência, espero de um código de ética para profissionais da interpretação comunitária (e quaisquer outros tipos de intérpretes) "restaurar" a dificuldade e a complexidade da interpretação, para colocar em primeiro plano a necessidade de uma consciência da "vulnerabilidade" do projeto de tradução / interpretação.²

² Todas as citações de obras em idiomas diferentes do português aparecem nesse texto em tradução pelo autor.

Ao mesmo tempo, como constatado acima, intérpretes supostamente neutros e invisíveis não existem nesses contextos com assimetrias acentuadas. Como Ruano (2014:1) explica, ao contrário das normas e dos códigos de conduta e ética, a identidade de intérpretes necessariamente é de participante da narrativa compartilhada construída:

A deontologia existente parece moldar seres invisíveis que são anulados ou desaparecem para dar voz discretamente a outras pessoas ou textos. No entanto, em situações marcadas por conflito e assimetria, esses valores aparentemente indiscutíveis revelam-se não apenas nada autoexplicativos, mas também são paradoxais e, na verdade, são muitas vezes fonte de dilemas éticos complexos para profissionais que desempenham uma tarefa essencialmente intervencionista.

Portanto, está colocada a tarefa de adequarmos normas e códigos de ética à realidade da profissão.

3. Identidade e autopercepção de intérpretes

Pessoas leigas em geral ficam fascinadas como alguém pode conseguir efetuar uma interpretação simultânea, e ainda mais fascinadas ficam ao se deparar com a modalidade visual da língua de sinais. Por outro lado, frequentemente, emissores e destinatários questionam ou criticam a capacidade tradutória de intérpretes. Na sua autopercepção, tradutores-intérpretes de língua de sinais (TILS) muitas vezes sentem frustração pelas múltiplas limitações que incidem sobre o seu trabalho e sobrecarga pela quantidade e qualidade de exigências, nem sempre com o necessário preparo e apoio.

Em Heidermann e Weininger (2019), analisamos a identidade de intérpretes a partir da constituição de narrativas com base na filosofia da linguagem de Wilhelm von Humboldt. Nesse texto, elaboramos detalhadamente (com referências na semiótica e na filosofia da linguagem) como a constituição de narrativas e o acesso mútuo a narrativas é fundamental para a identidade e comunicação humana em geral e de intérpretes em especial.

A intérprete de alemão e turco, formadora de intérpretes e pesquisadora Şebnem Bahadır (2004:806) foca no caráter da construção compartilhada de cada evento de comunicação:

Qualquer conversa, seja entre duas ou três partes, é baseada em uma base pragmática de ação comum, não na compreensão "real". Todas as pessoas em interação criam a situação de comunicação, o que então parece indicar que se entenderam. Sempre que ouvem, veem, percebem algo, elas o remodelam para poder compreender.

Para Humboldt, que analisa ao mesmo tempo a dimensão individual e coletiva, a língua possui três funções:

- Percepção: Sem os conceitos linguisticamente constituídos e organizados, nossos sentidos não conseguem nem sequer identificar o que registram.
- Cognição: "A linguagem é o órgão formador do pensamento" (HUMBOLDT, 2006:125) e disponibiliza os procedimentos lógicos para o processamento das percepções.
- Comunicação: Somente em terceiro lugar, a língua serve para trocar o resultado desse processamento com pessoas ao nosso redor.

Pajevic (2017:102) explica a posição de Humboldt como segue: "Na língua, os humanos criam sua visão de mundo (o famoso termo humboldtiano de *Weltansicht*) cada vez de novo, e o fazem na fala, junto com um destinatário que reflete sua fala, e esse destinatário, como uma realidade externa, confere-lhe objetividade e validade. A linguagem, em última instância, cria o mundo comum articulado".

Com base nesse pensamento, Humboldt entende que a comunicação ergue a impressão de compreensão, mesmo quando essa é apenas parcial ou fictícia, e chega a alertar que todo entendimento é ao mesmo tempo não-entendimento, ou seja, a situação sempre é mais complexa do que pode parecer. Em relação ao trabalho de TILS, sob essa perspectiva podemos constatar que há diferenças muito maiores entre línguas orais auditivas e línguas de sinais visuais do que entre diferentes línguas orais (que compartilham os mesmos mecanismos de constituição conceitual, abstração e processamento cognitivo), assim, podemos afirmar que:

- A percepção, cognição e comunicação seguem outros caminhos. A visão de mundo, o pensamento e a comunicação da comunidade Surda são profundamente diferentes.

- Os mecanismos de intermediação linguística precisam ser diferentes e mais sofisticados.

- A intermediação não é apenas linguística, precisa conseguir estabelecer pontes entre diferentes formas de identidade.

- Intérpretes ouvintes precisam ter a capacidade de abstrair da sua identidade linguística e cultural oral/auditiva.

Ruano defende que é imprescindível adaptar as normas e a autopercepção a essa realidade e ao mesmo tempo valorizar e codificar a intervenção ativa de tradutores-intérpretes:

Na verdade, na medida em que a tradução implica uma recepção refratada de idiossincrasias alheias, e na medida em que a subsequente relocação de significado é inevitavelmente influenciada pelas ideologias dominantes, construções de identidade estabelecidas e discursos sociais aceitos e narrativas prevalecentes no contexto alvo, as representações resultantes da tradução literal, devido à sua falta de convergência com as expectativas ou valores reinantes, podem ser percebidas como simplórias, estranhas ou exóticas e, assim, reforçar as percepções negativas da cultura estrangeira como radicalmente Outro. (...) Se tradutores e intérpretes são impedidos de usarem seus conhecimentos e habilidades para explicar diferenças onde a equivalência não é uma transação fácil e acessível, eles são de alguma forma forçados a um status clandestino de infratores involuntários, obrigados a operar no fio da navalha da (i-)legalidade. (RUANO, 2014:11-12)

Quero apoiar e recomendar a exigência abaixo de Ruano como base da discussão para uma mudança da identidade e autopercepção de tradutores e intérpretes tanto na sua atuação quanto na formação (continuada):

O discurso estrito, mas, em última análise, insuficientemente detalhado de instrumentos regulatórios, como códigos de ética, focando principalmente no que tradutores e intérpretes não podem fazer, pode ser substituído ou completado com explicações mais abrangentes sobre o que tradutores e intérpretes precisam fazer, e até mesmo sobre que outras iniciativas eles poderiam legitimamente tomar, no interesse da comunicação intercultural



amplamente entendida como um princípio orientador de nossa era multicultural. (RUANO, 2014:14)

Portanto, se intérpretes que atuam em áreas de assimetria de discurso (como ocorre com TILS) se limitam ao papel descrito em normas legais e códigos de ética tradicionais, inevitavelmente sofrem restrições na qualidade do seu trabalho, na eficiência e eficácia do seu serviço e uma crise de identidade e insatisfação constante.

4. Perspectivas para mudanças no papel de intérpretes e a formação (continuada)

Uma sugestão importante para melhorar a qualidade da interpretação é colocar em prática as conclusões das pesquisas mais recentes da área que indicam a necessidade de superar paradigmas ultrapassados. Um desses paradigmas obsoletos e contraproducentes é a invisibilidade de intérpretes. Vou citar um exemplo da interpretação em sala de aula, no nível de pós-graduação. Silva (2013) analisou a participação quantitativa e qualitativa no discurso de sala de aula de participantes surdos intermediada por intérpretes. Além do resultado previsível de que havia uma participação significativamente maior de ouvintes no discurso de aula, Silva (2013: 161 em diante) apontou que a configuração da sala de aula (com os participantes surdos sentados juntos na primeira fila ao lado esquerdo da sala e a dupla de intérpretes à frente deles, de costas para o professor) contribuiu para o que ela descreve como “cúpula de vidro” – ao mesmo tempo zona de conforto e obstáculo à maior integração – que separa e isola o grupo de sinalizantes (alunos surdos e TILS) dos ouvintes. Além da configuração de sala, destacou a tendência de intérpretes responderem perguntas de compreensão dos alunos surdos diretamente e de alunos surdos pedirem para não interpretarem falas ou perguntas deles para professores ou colegas ouvintes. Silva (2013: 164) resume:

Esses aspectos levantados nos levam a notar a presença de uma prática, nas aulas em turmas mistas, que pode ser descrita como uma “cúpula de vidro”, que envolve os alunos surdos e os intérpretes. Trata-se do espaço compartilhado entre intérpretes e alunos surdos, delimitado pelo uso da



língua de sinais e pelo conhecimento da cultura surda. Essa “cúpula de vidro” cria uma zona de conforto onde os alunos surdos se sentem mais seguros e protegidos. Mas, ao mesmo tempo, acaba separando os alunos surdos do professor e dos colegas ouvintes e diminuindo a integração dos alunos surdos no discurso da aula.

O isolamento relativo dessa cúpula de vidro também prejudica a atuação profissional de docentes ouvintes que não chegam a estabelecer uma relação pessoal com o grupo surdo e sentem dificuldade de perceber como sua aula é recebida nesse grupo e o que talvez poderia ser adaptado para essa aula ter mais resultado para participantes que seguem a aula em libras. Para diminuir esse efeito, é interessante que TILS “furem” essa bolha e, por ex., façam intervenções interrompendo a aula para pedir esclarecimentos de conteúdo, se for necessário para o seu próprio processamento correto, para repassar dúvidas de alunos surdos ao professor e que atuem ativamente na tomada de turnos para garantir o espaço de fala dos participantes sinalizantes. Em geral, por ex., precisa alertar participantes ouvintes para evitarem sobreposição de falas, o que implicará perda de informação no momento da interpretação. Em situações de pressuposições e informações implícitas no contexto de partida que provavelmente não estão presentes no contexto de chegada, pode ser necessário e recomendado interromper o modo de interpretação simultâneo com trechos em interpretação consecutiva para garantir que a fala interpretada se torne compreensível, nas duas direções.

Relacionada ao isolamento de sinalizantes na “cúpula de vidro” está a questão de usar pistas de prosódia, como mostro em Weininger (2014). Prosódia não é o que é falado, mas como é falado e se relaciona com todos os níveis de análise linguística: lexical, sintático e pragmático. A prosódia cria sentido e mostra como uma fala deve ser entendida. Ela mostra quem é a pessoa que está falando, de onde ela vem, em que momento da vida ela está agora. Pistas sociolinguísticas mostram aspectos importantes da identidade cultural da pessoa. A prosódia mostra por que a pessoa está falando isso, quais são os motivos explícitos e implícitos da sua fala, quais suas razões e emoções relacionadas ao contexto de comunicação. E a prosódia mostra para que está falando, quais são os seus objetivos, quais

suas estratégias de discurso, e como a pessoa valora o seu assunto e avalia seus interlocutores na situação de comunicação. Prosódia mostra o que a pessoa quer dizer com aquilo que está falando, por ex., só na prosódia se percebe se algo é dito de forma irônica ou séria na comunicação.

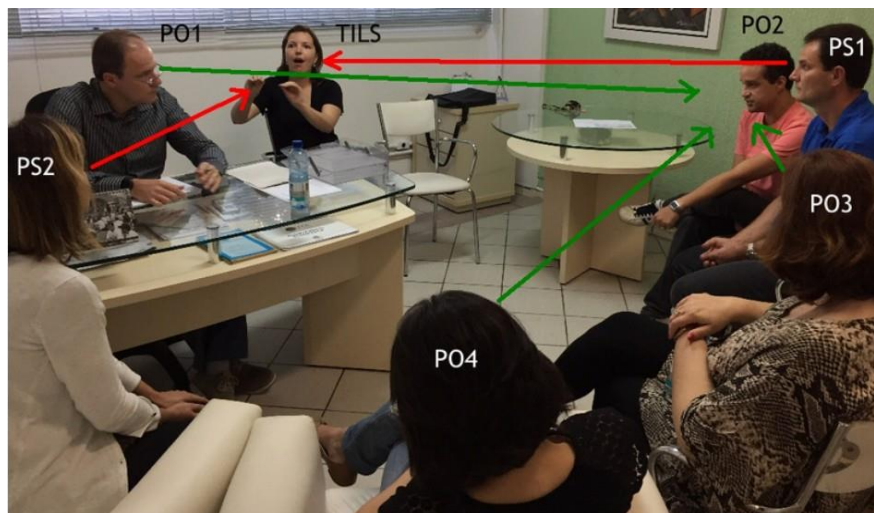
Para pessoas surdas terem acesso às pistas prosódicas (visuais), é necessário que TILS façam a transposição de ao menos algumas delas à língua de sinais e se posicionem ao lado da pessoa ouvinte que está falando, para essa pessoa estar no mesmo raio de visibilidade. Duas imagens de uma reunião entre quatro pessoas ouvintes (PO1-PO4) e duas pessoas surdas (PS1+PS2) intermediada por TILS (TILS 1+2) podem ilustrar como em geral ocorre a exclusão de pessoas surdas das pistas prosódicas visuais:



PS2 está sinalizando. TILS2 está interpretando sinal-voz. Todos os participantes acessam pistas prosódicas.

Fonte: acervo e elaboração do autor

Aqui a situação na direção oposta de interpretação, da língua oral para a língua de sinais:



PO2 está falando, TILS está interpretando. PO1, PO3 e PO4 acessam pistas prosódicas. PS1 e PS2 precisam focar em TILS e não têm acesso à prosódia.

Fonte: acervo e elaboração do autor

Pessoas surdas estão acostumadas a perceber e analisar a prosódia visual dos ouvintes. Nesse momento da segunda foto acima, porém, as duas pessoas surdas PS1 e PS2 são obrigadas a olhar na direção da TILS, eliminando a possibilidade de acompanharem as pistas prosódicas visuais.

Acesso direto à prosódia dos ouvintes pelos participantes surdos facilita o trabalho de intérpretes, pois não precisam transpor todas essas informações, e o acesso à prosódia visual facilita criar uma relação pessoal direta entre participantes surdos e ouvintes. Isso é ainda mais relevante em alguns contextos da interpretação comunitária, como, por ex., na área médica.



Fonte: acervo do autor

Aqui o TILS (esq.) está posicionado de maneira a impedir que esse contato visual do paciente sinalizante (dir.) com o médico (centro) se estabeleça. Com uma pequena mudança da configuração espacial esse problema é remediado, como mostra a foto abaixo, onde a TILS se senta ao lado do médico, com paciente e familiar do lado oposto.



Fonte: acervo do autor

Todos os exemplos acima mencionados exigem que intérpretes assumam mais o seu papel ativo e visível em prol da mudança proativa de paradigmas e melhora da qualidade do seu serviço. É necessário que saiam da zona de conforto ou do rol de hábitos profissionais estabelecidos. Escutei em muitos momentos durante aulas ou eventos de formação continuada frases como “nunca vi alguém fazer isso” ou “sempre foi feito assim”, “todo mundo trabalha desse jeito”. Minha resposta em geral é que o fato de que algo sempre tenha sido feito de determinada forma não significa necessariamente que seja a melhor forma, pode significar simplesmente que algo sempre foi feito de maneira errada.

5. Conclusão

Em resumo, percebo que a prática profissional de TILS e da formação de TILS está em defasagem em relação à discussão teórica da área de Estudos da Interpretação das últimas décadas. Por um lado, paradigmas ultrapassados como da invisibilidade de intérpretes (que pode ser substituída pela postura de assumir a responsabilidade pelo texto de chegada) ou da neutralidade (que deve dar lugar à gestão consciente da comunicação intermediada) e, finalmente, da fidelidade (que pode ser substituída pela lealdade) impedem o avanço da disciplina na prática. Por

outro, hábitos arraigados da categoria e dos participantes da comunicação intermediada que preferem não sair da zona de conforto continuam limitando a evolução da qualidade da interpretação em vários sentidos. A zona de conforto, porém, pode ser uma prisão, e, em geral, prejudica os participantes menos favorecidos e os próprios intérpretes. Muitas das pesquisas citadas nesse artigo foram executadas por intérpretes profissionais e estão diretamente ligadas à sua prática e experiência profissional. Intérpretes são quem melhor compreende todos os aspectos envolvidos na comunicação intermediada, portanto, devem e podem assumir uma postura mais segura e proativa em relação à sua atuação. Isso inclui a elaboração de novos códigos de ética que contemplem os resultados das pesquisas mais recentes e estabeleçam mais especificamente o que intérpretes podem e devem fazer, não apenas o que não podem fazer. Também implica orientar os participantes da comunicação intermediada melhor sobre a sua função e as especificidades dessa modalidade comunicativa. Voltando para a premissa epistemológica da construção compartilhada de narrativas mutuamente acessíveis como base da comunicação intermediada, o propósito deste texto é encorajar a comunidade de intérpretes e formadores de intérpretes a implementar na prática profissional os resultados das pesquisas da área de Estudos da Interpretação dos últimos 25 anos. É importante assumir de maneira consciente o que de fato é a base da atividade de interpretar, transcender paradigmas limitantes e, assim, aliviar problemas existentes para alavancarmos ao mesmo tempo a qualidade da interpretação e a satisfação profissional.

Quero encerrar com as palavras de Şebnem Bahadır (2010:124):

Como não pode haver parte neutra na (falha de) comunicação e como não há uma maneira objetiva de perceber, analisar e processar informações e emoções, os intérpretes profissionais devem se posicionar.

Referências

BAHADIR, Şebnem. Moving In-Between: The Interpreter as Ethnographer and the Interpreting-Researcher as Anthropologist. **Meta**, v. 49, n. 4, 2004, p. 805–821.

BAHADIR, Şebnem. The task of the interpreter in the struggle of the other for empowerment: Mythical utopia or sine qua non of professionalism? **Translation and Interpreting Studies. The Journal of the American Translation and Interpreting Studies Association**, v. 5, n. 1, 2010, p. 124-139.

BARBOSA, Diego Mauricio. Omissões na interpretação simultânea. **Cadernos de Tradução**, v. 35, n. 2, 2015, p. 269-288.

GILE, Daniel. Methodological aspects of interpretation (and translation) research. **Target**, v. 3, n. 2, 1991, p. 153-174.

GILE, Daniel. **Basic Concepts and Models for Interpreter and Translator Training**. Amsterdam-Philadelphia: John Benjamins, 1995.

GILE, Daniel. Testing the Effort Models' Tightrope Hypothesis in simultaneous interpreting – a Contribution. **Hermes**, v. 23, 1999, p. 153-172.

GILE, Daniel. Local cognitive load in simultaneous interpreting and its implications for empirical research. **Forum**, v. 6, n. 2, 2008, p. 59-77.

GILE, Daniel. Testando a hipótese da “corda bamba” do modelo de esforços na interpretação simultânea – uma contribuição. Trad. Markus J. Weininger, Giovanna Bleyer F. dos Santos, Diego M. Barbosa. **Cadernos de Tradução**, v. 35 n. 2: Edição especial (número 2- jul/dez 2015): Estudos da Tradução e da Interpretação de Línguas de Sinais / Artigos traduzidos, p. 590-647.

GRBIĆ, Nadja. Constructing Interpreting Quality. **Interpreting** v. 10, n. 2, 2008, p. 232-257.

HEIDERMANN, Werner L., WEININGER, Markus J. Narratives as approach to interpreter identity. **Cadernos de Tradução**, v. 39, n. 3, 2019, p. 50-89.

HUMBOLDT, Wilhelm v. Natureza e Constituição da Linguagem em geral. Trad. Markus J. Weininger. In: HEIDERMANN, W. L., WEININGER, M. J. (orgs.) **Humboldt. Linguagem, Literatura, Bildung**. Edição Bilingue. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2006, p. 120-165.

KADE, Otto. **Zufall und Gesetzmäßigkeit in der Übersetzung**. Beiheft zur Zeitschrift Fremdsprachen I. Leipzig: VEB Enzyklopädie, 1968.

KOPCZYNSKI, Andrzej. **Bridging the Gap: Empirical Research in Simultaneous Interpretation, Quality in Conference Interpreting: Some Pragmatic Problems**, John Benjamins, Amsterdam, 1994, p. 87-100.

METZGER, Melanie. **Sign Language Interpreting: Deconstructing the myth of neutrality**. Washington: Gallaudet University Press, 1999.

MOSER-MERCER, Barbara. Quality in Interpreting: Some methodological Issues. **The Interpreters' Newsletter**, v. 7, 1996, p. 44-55.

PAJEVIC, Marko. Humboldt's Thinking Language: Poetics and Politics. **Forum for Modern Language Studies**, Volume 53, Issue 1, 1 January 2017, p. 95-107.

PÖCHHACKER, Franz. Quality Assessment in Conference and Community Interpreting. **Meta: journal des traducteurs / Meta: Translators' Journal**, vol. 46, n. 2, 2001, p. 410-425.

PYM, Anthony. On omission in simultaneous interpreting: Risk analysis of a hidden effort. In: HANSEN, G. et al. **Efforts and models in interpreting and translation research: A tribute to Daniel Gile**. Amsterdam and Philadelphia: John Benjamins, 2008, p. 83-105.

RUANO, M.a Rosário. From Suspicion to Collaboration: Defining New Epistemologies of Reflexive Practice for Legal Translation and Interpreting. **The Journal of Specialized Translation**, Issue 22, 2014, p. 1-20.

SILVA, Aline Miguel. **Análise da participação de alunos surdos na sala de aula de mestrado na UFSC mediada por intérpretes**. 2013. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

TOURY, Gideon. The Nature and Role of Norms in Translation. In: TOURY, G. **Descriptive Translation Studies and Beyond**. Amsterdam-Philadelphia: John Benjamins, 1995, p. 53-69.

WADENSJÖ, Cecilia. **Interpreting as Interaction: On dialogue interpreting in immigration hearings and medical encounters**, PhD thesis, Department of Communication Studies, Linköping University, Linköping, 1992.

WEININGER, Markus J. Estrela guia ou utopia inalcançável - uma breve reflexão sobre a equivalência na tradução. In: CARDOZO, M., HEIDERMAN, W. & WEININGER, M. J. **A escola tradutológica de Leipzig**, Frankfurt/M.: Peter Lang, 2009, p. XIX-XXVIII.

WEININGER, Markus J. Análise e aplicação de aspectos sociolinguísticos e prosódicos na interpretação Libras-PB. In: QUADROS, R. M. & WEININGER, M. J. **Estudos da língua brasileira de sinais III**. Florianópolis: PGET/UFSC, 2014, p. 71-98.

Resumo

O texto foca na qualidade de interpretação na área da língua de sinais e mudanças para alcançarmos a melhoria almejada nessa qualidade. Depois de uma revisão de estudos importantes sobre a qualidade da interpretação, analisa normas e expectativas, relacionadas aos códigos de ética da profissão. Apresenta a questão da identidade e autopercepção dos intérpretes e chega à formação de intérpretes, para a qual todos esses aspectos confluem para promover o aprimoramento da qualidade e maior satisfação tanto dos usuários de serviços de interpretação quanto dos profissionais que os oferecem.

Palavras-chave: Qualidade de interpretação; Normas de interpretação; Identidade de intérpretes; Formação de intérpretes; Libras

Abstract

This paper focuses on sign language interpreting quality and the necessary paradigm changes to achieve the desired improvement in quality. After a review of important studies on interpreting quality, it analyses norms and expectations related to the codes of professional ethics. It also addresses interpreter identity and self-perception, and highlights the field of interpreter training, which ultimately aims at promoting improvements in interpreting quality and greater satisfaction both of users of interpretation services and of the professionals who provide these services.

Keywords: Interpreting quality; Interpreting norms; Interpreter identity; Interpreter training; Brazilian Sign Language (Libras)